RELIGIÃO E TRABALHO

GIOVANNI BATTISTA MONTINI

Julgamos de extrema oportunidade a publicação, neste número consagrado ao problema da empresa, desta conferência do então Cardeal MONTINI sobre as relações entre Religião e Trabalho. No estilo próprio de uma conferência, e onde é visível a livre espontaneidade do pensamento e da linguagem, o ilustre autor atinge com rara felicidade alguns dos pontos cruciais do aparente conflito contemporâneo entre Religião e Trabalho, seja do ponto-de-vista psicológico, seja sob os ângulos sociológico, filosófico e teológico. São reflexões que os nossos leitores, estamos certos, irão apreciar no seu indiscutível valor e na sua flagrante atualidade dentro da situação brasileira.

RELIGIÃO e trabalho; há alguma coisa que não somente distingue, mas separa estas duas expressões da vida humana. Às vezes elas se ignoram, às vezes desconfiam uma da outra, às vezes opõem-se. Muitas vezes coexistem sem se ajudar, sem se fundir numa espiritualidade homogênea, sem combinar-se numa harmonia bem equilibrada. Quando são incitadas a se aproximarem elas se temem. Se são constrangidas a viverem juntas, a primeira incomoda a segunda, a

Conferência pronunciada no Teatro Alfieri, em Turim, por Sua Eminência o Cardeal GIOVANNI BATTISTA MONTINI, a 27 de março de 1960, por ocasião da inauguração da estátua da Imaculada Conceição sobre o monte dos Capuchinhos, na mesma Cidade. Texto (com omissão de um parágrafo) em *L'Osservatore Romano* de 1-4-1960. Texto completo em *Rivista Diocesana Milanese*, Aprile 1960, n.º 4, e em *La Documentation Catholique*, t. 57, 19 Juin 1960, col. 753-766. A tradução foi feita sobre os textos da D.C. e de *L'Osservatore Romano*. Os subtítulos são da D.C.

segunda profana a primeira. Dir-se-ia que elas não foram feitas para entender-se. Dir-se-ia mesmo que a oposição, nascida na mentalidade operária contra a religião, tem alguma coisa de profundo, de irreduzível. Dir-se-ia que tem um aspecto de reivindicação, de liberação, de progresso. Dir-se-ia que esta oposição caracteriza a atitude do trabalho moderno com respeito ao trabalho antigo; o trabalho moderno não é somente insensível ao apêlo religioso, é-lhe contrário; quer ser laico; quer ser ateu.

Donde vem, pois, esta oposição?

O TESTEMUNHO DA HISTÓRIA

Históricamente, não foi sempre assim. Lembremos somente dois fatos históricos, não para descrevê-los, mas em razão das idéias que evocam.

AS PARÓQUIAS RURAIS

O da fundação e desenvolvimento das paróquias rurais, que se mantém até os nossos dias.

São modestas entidades étnicas, no seio das quais o esforço econômico, isto é, o esforço principal antes da transformação industrial do trabalho, é todo êle impregnado de espírito religioso; um calendário, um horário, uma liturgia, uma arte, e uma poesia, ditadas pela religião, dão ao trabalho rural popular a sublime espiritualidade, que parece verdadeiramente tornar inabalável aquela aliança, íntima e conatural, do trabalho e da religião.

Um historiador contemporâneo, da Academia francesa, DANIEL ROPS, escreve a propósito da história dos tempos bárbaros: "Aquêles que vêem nas nossas cidades do campo somente "o interior", aldeias ou vilas, aquêles que não vêem nas nossas comunidades rurais, antes de tudo, o campanário e o cemitério, que bem mostram a fidelidade à terra e a aspiração do céu, devem deter-se longamente diante dêste fato. Que seria de nossas aldeias se não fôsem também paróquias? Seriam lugares isolados, subúrbios em pleno campo, corpos sem almas. Para os habitantes do campo, a fundação das

paróquias rurais é um acontecimento tão importante como a emancipação das comunas para os que moram nas cidades” (*L’Église des temps barbares*, pág. 314).

OS MOSTEIROS

O que foi dito das paróquias pode, com mais razão, ser dito destas instituições medievais, “os mosteiros”, que têm, como escreve LUZZATO, na *Storia Economica d’Italia* (pág. 146), “o caráter de uma pequena comunidade de iguais que trabalham e produzem para o bem de todos, renunciando a todo o proveito de seu trabalho e participando na produção de maneira uniforme”. Outro economista contemporâneo diz: “A obra de fé e de cultura, promovida pela ordem beneditina, teve tanta influência como as instituições agrária e econômicas; revolução tanto mais maravilhosa quanto não operou seguindo planos e programas impostos, mas, pela sabedoria jurídica e espiritual de uma Regra que soube realizar, nos numerosíssimos mosteiros disseminados por tôda a Europa, o ideal social do Evangelho fundado na dignidade do trabalho, do campo e do trabalho manual, e sôbre o amor que unia, em nome do Cristo, todos os homens, qualquer que fôsse a sua condição” (*BARBIERI, Fonti per la storia delle dottrine economiche*, I, pág. 263).

Tal é a imagem que nos transmite a história de uma comunidade onde os dois aspectos, de casa de oração e de empresa agrícola, compenetraram-se de tal maneira um no outro que representam uma só entidade, ao mesmo tempo religiosa e econômica: o mosteiro, cuja dignidade e função de centro altamente humano e civilizador, não pode ser posta em dúvida.

AS CORPORAÇÕES

Poderíamos fazer análogas observações no que concerne à união da religião e do trabalho nas organizações medievais da produção técnica e artesanal, prenúncio das organizações industriais e sindicais, nas corporações. É um fenômeno social e econômico onde a religião, sem ser um ele-

mento determinante como no trabalho rural monástico, estava, contudo, sempre presente como fator complementar, muito apreciado e professado, constituindo de alguma maneira um fator de união e de dignidade do trabalho coletivo, que procurava e celebrava em um santo, seu modelo e protetor, o protótipo celeste que o enobrecia ou moralizava, o representava e o associava à grande herança da fé e da esperança. "Todo o mundo sabe, com efeito, — escreve MGR. CIVARDI — que nesta época, ao lado de toda a corporação econômica, surgia uma confraria . . . Não se exagera dizendo que a religião cristã era a alma das corporações medievais: ela é que dava forma ao admirável programa de liberdade, justiça, caridade, solidariedade fraterna" (*Ciò che il lavoratore deve a Cristo*, págs. 71-72).

Ainda hoje, alguma coisa sobrevive desta simpatia inata entre o trabalho e o reino dos céus, no desejo espontaneamente expresso pelos setores de trabalho, tendo o sentido de sua individualidade e da sua dignidade própria, de ver atribuir-se pela autoridade da Igreja um santo protetor; e ainda hoje, no mundo do trabalho, a aproximação religiosa torna-se mais fácil através do apêlo às suas diversas características profissionais, bem mais do que a outros aspectos da vida pessoal.

O DIVÓRCIO ATUAL ENTRE A RELIGIAO E O TRABALHO

Mas não se pode, igualmente, hoje, deixar de se fazer esta grave e geral constatação, prenhe de conseqüências, de que entre religião e trabalho existe uma profunda separação. A análise dêste fenômeno nos levaria demasiado longe. Seria necessário remontar às origens das crises do pensamento moderno, no seu esforço em apelar sobretudo para a razão, excluindo os recursos aos princípios transcendentais; na sua resolução de laicizar-se e libertar-se da primazia atribuída a Deus e da sujeição que dela decorre; no fechar-se sobre si mesmo, a ponto de encontrar-se terrivelmente só e incapaz de julgamentos absolutos, resignado à dúvida sistemática, ao ceticismo, à negação desta mesma razão que queria ser sua própria e única luz, e seu próprio e único guia, solidão que

dá origem a uma dupla tentativa de evadir-se do vazio interior: uma, para constituir o pensamento humano, como fonte do ser e da realidade, e é o idealismo, a metafísica do gratuito; a outra para sair do labirinto subjetivista e ilhado, e retomar contato, por meio da experiência e do processo lógico-científico que dela imediatamente decorre, com a realidade exterior e é o positivismo que parece a filosofia adequada para todos os que se contentam com o domínio da observação experimental e da exploração utilitária das coisas observadas. E é precisamente neste domínio admirável e fecundo que a mentalidade do trabalho se detém e repousa, feliz por ter penado e estudado a fim de chegar até êste ponto, por ter encontrado claros e ricos dados que respondem perfeitamente ao seu pensamento, que não ambiciona ir mais longe, avançar um passo sequer, como se além destas conquistas tudo fôsse irracional, fantástico, mítico e sobretudo inútil.

A REALIDADE MODERNA

Deveríamos também assinalar os acontecimentos históricos, políticos, e sociais que, desde a revolução francesa até nossos dias, perturbaram e sacudiram a concepção unitária do pensamento e da vida. Uma ruptura político-social separou da Igreja e da fé, em primeiro lugar, as classes cultas e ricas, depois as classes trabalhadoras. Na origem do conflito entre a religião e o trabalho encontram-se numerosos conflitos e ressentimentos de ordem política e social que criaram e solidificaram um anticlericalismo tenaz, considerado como uma espécie de dever tradicional, uma questão de prestígio, um mal-entendido insolúvel que obriga, especialmente, em certas regiões e em certos setores, a ferozes resistências contra os sacerdotes e contra a religião; resistências mantidas hoje, depois de uma pausa que parecia dever terminar com as vexações anacrônicas pelo ateísmo de além Alpes, não mais individual mas coletivo, não mais interior mas proclamado e organizado, não mais limitado a formas e momentos determinados da vida mas erigido em sistemas absolutos, em uma espécie de religião, bem decidida a moldar tôda a vida

do homem com uma autoridade que se não discute e que não depende de ninguém.

Mas limitemo-nos a relações ainda hoje interrompidas, ou inamistosas entre religião e trabalho, isto é, à maneira de pensar própria do mundo do trabalho em relação à religião, tomando como base alguns fatos de caráter geral.

A PSICOLOGIA DO HOMEM QUE TRABALHA

À maneira de pensar, dizíamos, é nitidamente caracterizada pelo campo de observação que se oferece imediatamente ao olhar do homem, no seu trabalho, quer seja êle executor ou empregador. Êste campo de observação está fora dêle: o homem que trabalha sofrerá, pois, por isto mesmo, de falta de vida interior. Êle é experimental, tangível, definitivo: o homem que trabalha terá dificuldade em conceber o invisível, em admitir realidades que não entram no quadro normal de seus conhecimentos. Êle é medível, dominado pelo cálculo, a quantidade o liga continuamente ao ser material: o homem que trabalha terá dificuldade em conceber coisas imateriais que se não medem. Êle está presente e coloca-se na categoria do tempo vivido pela experiência: o homem que trabalha não sente os laços com o passado, carece de mentalidade histórica, e se a possui é facilmente incompleta no que concerne ao passado, e mítica no que concerne ao futuro. Êle é subjugável: aí está talvez o aspecto mais sedutor e mais impressionante para o homem que trabalha: sente que entre êle e o campo de observação no qual se encontra engajado, há uma espécie de competição, de luta, de duelo. Que coisa é o trabalho, senão a atividade do homem que se apropria das coisas? De estranhas, inertes e inúteis que eram, delas faz coisas bem determinadas, dotadas de movimento, úteis e agradáveis. O trabalho, por sua vez, é a vitória da ação humana sôbre as coisas, sua conquista pelo homem, sua associação com a vida, é, pois, a riqueza, a plenitude, a felicidade. O têrmo do trabalho, ou seja, o resultado econômico, realiza e fecha o ciclo da atividade humana; tal é o perímetro concreto da vida, tal é a prova da capacidade humana, tal o poder do homem. E como esta conquista

das coisas, guiada por uma investigação científica bem ampla e inteligente, mantida por um equipamento técnico prodigioso e continuamente em progresso, desenvolveu-se enormemente em nossos dias e se incrementa cada vez mais, o homem que trabalha concentra nela tôda sua atenção, tôda sua confiança, todo o seu orgulho, e é difícil hoje fazer o homem que trabalha sair dêste círculo de impressões, de pensamentos e de esperanças. Êle tem uma tal confiança no seu método e em si mesmo, que não suspeita as lacunas e não admite nem razões, nem princípios, nem fins superiores que o ultrapassem, o condicionem e o esclareçam.

E, como o trabalho não é mais que o exercício da causalidade humana, ou seja, depende das fôrças e da vontade do homem, da sua eficiência e da sua intenção reguladora, o homem que trabalha sente-se senhor, sente-se livre e poderoso, sente-se chegado ao cume da evolução da natureza; e, apesar das exigências do trabalho lhe imporem uma disciplina severa e uma fadiga esgotadora, êle se inebria da sua capacidade de criar e de modelar; acredita ser a causa primeira, superior às causas naturais, sendo apenas um hábil utilizador destas causas; coloca-se no começo e no fim de tudo, quando não é senão o animador do mundo técnico e econômico ao qual êle limitou seu horizonte; não concebe outra causa que lhe seja superior; e se é convidado a reconhecer uma outra causalidade que lhe ultrapasse, torna-se desconfiado, revolta-se, desconhece-a e a nega; a ordem das coisas começa e acaba com êle. Eis porque o homem que trabalha é facilmente irreligioso. Pensa que se basta a si mesmo. Está satisfeito consigo mesmo. Isto é, a meu ver, o ponto-de-partida do ateísmo marxista. Com efeito, Marx escreve: "... Do fato da substancialidade do homem, do fato que o homem se tornou praticamente sensível e visível na natureza ..., é praticamente impossível perguntar se existe um ser estranho, um ser colocado acima da natureza e do homem" (*Le Capital*, cf. *Lumière et Vie*. Mars 1955, pág. 48).

Para ser objetivo, é preciso notar também uma outra série de idéias em voga que tornam pesado o espírito do homem que trabalha e lhe tornam difícil o acesso ao mundo

religioso, especialmente na sua expressão concreta, isto é, a Igreja.

Podemos distinguir aqui as duas grandes categorias entre as quais costumamos repartir o mundo do trabalho (ainda que hoje possam revestir-se de diversos aspectos, tanto na teoria como na prática), isto é, a categoria dos Empresários e a categoria dos Executores; noutros termos, a dos Patrões e a dos Operários. Cada uma destas categorias lança certas objeções específicas a respeito da religião e da Igreja.

O PENSAMENTO DOS EMPRESÁRIOS E O DOS OPERÁRIOS

Existem objeções bem conhecidas e mil vêzes repetidas, mas que deverão sempre ser pacientemente pesadas e refutadas por aquêle que quiser restabelecer relações regulares e benfazejas entre a religião e o trabalho. Não faremos mais do que um rápido apanhado delas. A primeira categoria, a dos empresários, que oferece ao trabalho o fruto do pensamento, do estudo, da ciência, da aplicação técnica, da capacidade de organização tanto econômica como estrutural, é ainda com facilidade paralisada pela objeção racionalista, pela pretensão de saber mais do que todos os profetas da religião, graças a seu espírito científico e prático. Para esta mentalidade, a religião não resistiria à prova de um confronto com o espírito racional moderno; êste a ultrapassa, a explica e mostra sua nulidade; só vale a ciência. A religião, para todos os que estão imbuídos desta maneira de pensar, é um *ersatz* do pensamento; foi feita para as idades primitivas e para as classes incultas; por esta razão, pode ser útil como fator de ordem e de moralidade; pode ser decorativa e folclórica, ser uma religião do povo, quer dizer, para a gente ingênua e sentimental; mas é irracional, não científica. É boa para os outros, não para aquêle que quer ser inteligente e progredir. Mesmo as especulações abstrusas dos teólogos são absolutamente incapazes de resistir à inevitável vitória da certeza científica positiva. A história segue o sentido desta evolução. AUGUSTO COMTE tem ainda discípulos, com a sua famosa lei dos três estados da inteligência humana (cf. DE LUBAC, *Le drame de l'humanisme athée*, pág. 141).

Quanto aos trabalhadores, uma enorme objeção de ordem prática arraigou-se nos seus espíritos, habituados a raciocínios lineares e tenazes: a religião os afasta do que deve acima de tudo preocupá-los, isto é, de seus verdadeiros interesses econômicos e sociais. A religião — repete-se — é o ópio do povo. Encanta-o, enche-o de ilusão, contenta-o, fixa-o num sistema jurídico-social no meio do qual outros vivem na abundância, na segurança, no prazer e numa situação privilegiada e onde êle, o povo trabalhador, não conhece senão a dor e a submissão. A religião seria cúmplice dêste gritante desequilíbrio social; seria a aliada de um imobilismo que tende totalmente ao sacrifício da classe operária e ao proveito da classe capitalista. Devemos estudar como se formou esta falsa opinião no espírito dos trabalhadores do último século e como foi adotada por um grande número em nossa época. Certamente, encontraríamos na história que precedeu a nossa, pessoas que creram que a conservação da ordem — se se pode empregar aqui tal palavra — da ordem estabelecida, seria um bem supremo; encontraríamos os que procuraram servir-se da religião para defender seu bem-estar pessoal, sem se preocupar com o fato de que, originariamente, êste bem-estar deveria aproveitar a todos, como uma primeira organização social e econômica, que deveria distribuir o pão a todos; encontraríamos até os que pretenderam fazer da caridade um instrumento para estabelecer uma separação entre o rico e o pobre. NECKER, por exemplo, pouco antes de explodir a Revolução Francesa, em 1788, assim fazia o elogio da caridade: “A virtude mais digna posta ao serviço de leis imperiosas da propriedade” (cf. DE LUBAC, *Catholicisme*, pág. 386). Encontraríamos pessoas que na Igreja, não na Igreja católica, mas na assim chamada cismática — é um filósofo russo que fala, SOLOVIEV — esqueceram a função social da religião cristã e deixaram assim nascer na consciência do povo a opinião de sua cumplicidade com a autoridade que lhe impunha uma condição humana e social deplorável. Mas nenhum observador leal da natureza das coisas e da história defenderia, verdadeiramente, como se ousa fazer ainda hoje com fins de propaganda anticlerical, que a religião é um meio de exploração das massas e de escravização dos trabalhadores.

Como se vê, cada uma das duas categorias tem suas objeções especiais contra a religião. Uma, a classe patronal, acusa a religião, e particularmente a Igreja, de favorecer demasiado, na sua doutrina e nas suas atividades sociais mais modernas, os pobres, as classes menos favorecidas, os trabalhadores e de fazer dêste modo demagogia, e encorajar a luta de classes. A outra, a classe operária, acusa a religião e precisamente a Igreja na sua hierarquia mais representativa, de colocar-se ao lado dos ricos, dos senhores, e de defender seus privilégios, lucrar com a sua amizade, esquecer os sofrimentos dos humildes e as condições precárias e insuficientes de tôda uma classe social. Além disso, a primeira argúi a doutrina evangélica de subestimar a importância dos valores econômicos e as exigências da economia; a outra acusa a mesma doutrina evangélica de proclamar bem-aventurada a pobreza, recomendar a resignação e aceitar, como formas amigas da vida, a renúncia e o sofrimento.

Analisar estas objeções, ainda que estejam sempre vivas na opinião pública, é supérfluo, principalmente depois de tantas respostas autorizadas dadas a opiniões semelhantes, não sòmente do ponto-de-vista doutrinal, mas ainda mostrando a evidência dos fatos: seria pois menosprezar a inteligência dos leitores o sugerir respostas que cada um pode encontrar por si mesmo.

OBJEÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO CONTRA A RELIGIAO

Deter-me-ei de preferência nas objeções práticas de caráter geral, que me parecem comuns a tôdas as diferentes categorias do mundo do trabalho e não a duas dentre elas sòmente, capital e trabalho, como as velhas teorias socialistas nos habituaram a fazer. Ei-las aqui: a primeira: a *estraneidade*. Que tem que ver a religião com o trabalho? O mundo moderno acentua sempre mais as distinções entre realidades diferentes, entre as diferentes atividades, entre as diferentes competências, entre as diferentes qualificações. Evolui-se para as especializações. Ora, estas duas formas de pensar e de agir que são a religião e o trabalho encontram-se doravante afastadas uma da outra, são estranhas uma à

outra. Para que confundir a ordem sacral com a profana? Por que unir a procura do reino dos céus com a procura do reino da terra? Duas finalidades diferentes distinguem estas duas buscas; não seria melhor que se ignorassem? A concepção laicista da sociedade moderna penetra por tôdas as partes e suprime aos poucos a concepção religiosa do mundo; pode-se viver bem sem religião, tal a afirmação corrente.

E, aqui, intervém a segunda objeção: para que serve a religião? Sua inutilidade é um fato que parece pacífico aos olhos daqueles para os quais a vida não passa da esfera temporal. O trabalho ocupa esta esfera e é dominado pelo critério da utilidade, da utilidade econômica, da utilidade sensível. A religião transcende esta esfera. Para que serve então? Não é uma evasão do mundo experimental e concreto, não é uma perda de tempo, um "gasto" inútil?

Acrescentemos uma terceira objeção: *a religião é incompreensível*. Na sua doutrina, nos seus ritos, na sua organização canônica, a religião é muito difícil de se compreender. Especialmente a religião católica, que não se contenta com idéias vagas, mas define-se nos dogmas; não se contenta com efusões sentimentais, mas exige atos claros e firmes da parte do espírito e da vontade; não se limita a exortações bondosas mas reclama uma observância contínua de preceitos determinados. Como pode ser a religião um conforto para o homem fatigado de seu trabalho, quando se apresenta em termos tão complicados e exigentes? Um filme, um espetáculo esportivo, ou uma excursão ao campo não oferecem mais descanso que a atmosfera misteriosa de uma igreja, ao homem que passou a semana junto de uma máquina, no meio de um movimento ensurdecido e monótono, ou que é assaltado pela papelada de um escritório?

Mas por que, perguntar-me-ão, enumerar as diferenças, as dificuldades, os desacordos entre a religião e o trabalho, por ocasião de uma festa piedosa tão bela, tão agradável, tão popular, que reúne uma multidão tão variada e tão autêntica do mundo do trabalho: empresários, dirigentes, chefes-de-obras, empregados, operários, camponeses, técnicos, comerciantes, artesãos dependentes de sociedades ou

empresas públicas, membros de grandes e pequenas profissões, numa palavra, homens do trabalho, de toda ordem e categoria? Não será, talvez, obscurecer a alegre e serena concórdia de almas que, hoje, no culto da cidade para a nossa comum dulcíssima Mãe celeste, faz irradiar sentimentos de paz e de esperança num melhor futuro pessoal e social?

CONDIÇÕES E DIFICULDADES DA
REORIENTAÇÃO DESTA MENTALIDADE

Lembrei todas estas objeções às quais muitas outras poderiam ser acrescentadas, primeiramente por dever de objetividade: as objeções, com fundamento ou sem êle, existem; e não se refutam com o silêncio ou com a simples idéia de estarem ultrapassadas. Em segundo lugar, porque a sua solução só pode ser prudente, lenta e difícil. Quem quiser restabelecer a harmonia entre a religião e o trabalho deverá esforçar-se tenazmente, no plano do pensamento e no da ação; não deverá excluir nunca do seu método o conhecimento dos dados do problema, o respeito pelas opiniões honestas, a discussão leal, a espera paciente, noutros termos, deverá, mesmo neste setor da vida, olhar muito para dois fatores decisivos e misteriosos: a liberdade das almas e a intervenção da graça divina. A aproximação entre o mundo do trabalho e o da religião, não se pode efetuar senão como um fato espiritual, para cujo desenvolvimento normal procuraremos, certamente, as melhores condições, mas sem ter a pretensão de realizá-lo eliminando as resistências interiores, as dificuldades que se radicam no pensamento, as desconfianças que somente uma apologia precipitada e superficial poderia negligenciar. A consciência amadurecida do mundo do trabalho de Turim que merece, a meu ver, esta deferência.

Aliás, é precisamente a este amadurecimento que me anima a esperar a superação, ao menos em parte, das objeções em questão. Uma certa coragem e um pouco de clareza no exame desta difícil relação entre o trabalho e a religião ajudarão não para aumentar mas para diminuir a distância entre os dois termos considerados. Parece-me que chegou a

hora para a cultura italiana, mesmo para a que se difunde no povo, de acabar com êste lugar comum, com esta mentalidade retardatária, com a propaganda rotineira, com preconceitos de contradição e de cavilações. Uma grande parte das objeções que objetivamente acabo de expor, são velhas, e cientificamente ultrapassadas; são o índice de complexos de inferioridade cultural, o fruto da preguiça intelectual. Muitas delas, não honrariam os que pretendessem hoje defendê-las seriamente. Outras delas a si mesmas se refutam, como as que acusam simultâneamente a religião de ser uma fonte de fermentos subversivos e uma causa de pesadas opressões.

A DOCTRINA E A VIDA DA IGREJA

Gostaria de exortar o mundo do trabalho de Turim a realizar um esforço de inteligência sôbre êste problema das relações entre a religião e o trabalho. Com um esforço inteligente não seria difícil achar fórmulas muito felizes de integração recíproca da religião e do trabalho, de mútua colaboração, de estima recíproca, de delimitação judiciousa das respectivas competências e liberdades; seria esta uma bela e fecunda obra, como uma primavera espiritual. Parece-me que temos uma grande necessidade disto e talvez, graças à presente celebração mariana, estamos perto de resultados novos e positivos.

Para ser breve, limitar-me-ei a indicar três direções principais, para as quais poderiam orientar seu estudo os espíritos de boa vontade, com o fim de esclarecer o problema que nos interessa, o das relações entre a religião e o trabalho.

A primeira direção é a da nossa religião na sua dupla expressão concreta: a doutrina e a vida.

Há, por acaso, alguma coisa na doutrina e na vida da nossa religião, quer dizer, na Igreja, que seja contrária ao trabalho, ao trabalho na sua fase científica e organizada, ou na sua fase técnica e executiva? A Igreja se opôs alguma vez a esta forma normal e obrigatória da atividade humana? Se o seu fim é espiritual e transcendente, isto não significa que ela despreze os fins subalternos, conformes com a na-

tureza humana; muito pelo contrário, estas tarefas receberão um impulso, uma direção, uma sublimação, se forem inseridas numa concepção da vida que ultrapasse a ordem temporal. O que seria discutível, seria precisamente limitar os fins humanos dentro de um horizonte temporal, econômico, material; quer dizer, despertar no homem que trabalha o desejo e também o direito de ultrapassar a esfera das suas fadigas e da satisfação elementar das necessidades materiais da vida, e recusar-lhe o acesso às elevações superiores do espírito como também à esperança de uma plenitude de vida para além do túmulo. Se quisermos que o trabalho não se torne uma prisão, é preciso que, acima da esfera da atividade humana orientada para a conquista terrestre, se abra o céu da vida espiritual; se quisermos que o céu da vida espiritual não seja uma coisa irreal, vazia, carregada de sonhos e ilusões, é preciso que êle seja iluminado pela suprema e deslumbrante realidade, o Deus vivo.

A DOUTRINA SOCIAL DA IGREJA
E AS CLASSES POSSUIDORAS

Uma discussão, e não uma oposição, poderia surgir a respeito das doutrinas relativas aos fenômenos sociais nascidos do trabalho, a respeito da famosa questão social. Seria necessário lembrar tudo o que a Igreja ensinou em vista de uma solução humana da questão social de modo racional e ordenado, progredindo sempre e visando o bem comum? No curso dêste último século formou-se todo um conjunto de documentos autorizados, pensados, coerentes, corajosos, que demonstram bem o vivo interêsse da Igreja pela questão social. As classes possuidoras deverão reconhecer que a Igreja tem uma visão geral dos fenômenos econômicos e sociais, e que, portanto, ela respeita a propriedade e o direito legítimo, que ela é moderada e que o processo de reforma que propõe é progressivo; que ela julga que aqueles que empreendem novas formas, novas organizações, novos meios de trabalho, estão criando novas fontes de riqueza e de prosperidade, e que tem confiança nêles; que ela está continuamente alertando, muitas vêzes com severidade, mas

sempre com ponderação e espírito paternal contra os perigos morais e sociais da riqueza egoísta, lembrando a necessidade de uma mais justa distribuição dos bens econômicos e de uma contribuição desinteressada e generosa à elevação das classes trabalhadoras, especialmente daquelas que nasceram da existência mesma das classes possuidoras e as que foram chamadas proletárias, até admiti-las numa justa participação nos lucros da empresa e ainda, mesmo que isto não lhes seja estritamente devido, a uma certa parte da responsabilidade na gestão dos negócios.

A doutrina social da Igreja nunca negou a função da iniciativa particular na organização econômica, nem a necessidade, para aquêle que funda e dirige uma empresa, de ser colocado em condições que lhe permitam, como o artista no seu domínio, manifestar sua originalidade e seu poder. Isto, porém, nunca deverá resultar em detrimento da dignidade humana e das legítimas aspirações dos que fazem parte do conjunto produtivo da empresa, que são, não escravos, mas homens livres e irmãos.

A SOLICITUDE DA IGREJA PELO MUNDO DO TRABALHO

Quanto às classes menos favorecidas, a grande multidão de operários, deverá reconhecer em primeiro lugar que a Igreja pressentiu, compreendeu, interpretou, sustentou e defendeu a necessidade profunda da vida nova e digna que está oculta nas suas almas; nas suas almas, chamadas a tomar consciência dos desenvolvimentos da civilização moderna, humilhadas por condições de inferioridade social, em que a classe operária se debate, exacerbadas pelas sugestões de propaganda subversivas, ávidas de justiça e de dignidade. A Igreja, hoje, como já em outras circunstâncias no decorrer dos séculos passados, compreendeu o coração do povo, com um impulso de amor que se adiantou a tantas formas de assistência e educação modernas. As vossas instituições de caridade, como a de Cottolengo, as vossas instituições consagradas à educação da juventude, como a admirável e gigantesca obra dos salesianos, proclamam-no

por tôda a parte. Centenas de vêzes Ela compreendeu e afirmou cem vêzes princípios que se tornaram inamovíveis; descobriu erros que o estudo e a experiência confirmam como tais; alentou movimentos que se consolidaram na pureza e no entusiasmo do seu ideal, e também nas dificuldades práticas da sua realização; abriu um diálogo cheio de bondade, de consolação e de amizade com as classes operárias. Haveria tantas coisas para dizer! Mas todos sabem que, sejam quais forem as vicissitudes sociais e políticas, a diversidade muito compreensível de tendências e de expressão no campo católico, a Igreja será fiel às suas palavras: palavras dos Papas, palavras dos bispos, palavras dos mestres. Será fiel ao mundo do trabalho e estará ao seu lado para lhe dar a esperança e para confortá-lo nos seus sofrimentos, para defender os seus direitos e suas legítimas aspirações, para guiar seus passos pelo caminho da humildade, da justiça, da concórdia e da paz. Certamente, a Igreja não se imiscuirá nas controvérsias puramente temporais; não deduzirá dos seus princípios as conclusões práticas que, na ordem econômica e social, podem ser múltiplas e discutíveis; deixará, pois, a liberdade de discutir e tratar de tais temas àqueles que têm a competência requerida no domínio civil e político; mas Ela iluminará os passos dos homens de boa vontade, mesmo no domínio civil e político, à luz da sua doutrina social, a qual, lembramos bem, repousa sôbre o princípio da perfectibilidade humana, isto é, sôbre a idéia de progresso.

Compreender isto, é tirar do caminho os mais graves obstáculos que impedem à religião de vivificar as classes operárias, e às classes operárias de haurir na fonte da religião as reconfortantes energias espirituais, às quais têm direito, e das quais têm necessidade.

COMPREENDER MELHOR A NATUREZA DO TRABALHO

Eis a primeira reflexão a ser feita. Ainda há outra: compreender melhor a natureza mesma do trabalho. O trabalho, como se sabe, conduz a realidades práticas, exteriores, econômicas. Mas como conduz a isto? E aonde quer finalmente chegar? Seria preciso fazer aqui um pouco de

filosofia do trabalho. Não vos assusteis. Esta filosofia já vos é conhecida, vós a aplicais. Em poucas palavras: o trabalho é, certamente, uma obra profana, mas é também uma obra humana. A obra humana é guiada por uma faculdade espiritual, a inteligência que marca a obra com os vestígios do pensamento. O pensamento é o elemento que confere um aspecto humano à obra realizada, está refletido nela, êle mesmo está impresso nela. Ora, o pensamento, especialmente o pensamento científico, é guiado por princípios que postulam o absoluto, apoiando-se sôbre a necessidade. Sem nos apercebermos disto, estamos ligados à religião, estamos na presença de Deus. Não é sem razão que GALILEU afirma que, em Matemática (e onde a Matemática não chega hoje?), nosso conhecimento "íguala o conhecimento divino na certeza objetiva, porque chega a compreender a necessidade" e assim, torna-se "participante da divindade". Pelo simples fato de que a inteligência humana compreende a natureza dos números, "eu tenho certeza de que não estarei longe de fazer o mesmo juízo" que tinha PLATÃO a êste respeito (cf. VARISCO, *Dall'uomo a Dio*). O mesmo poderia dizer-se quando o trabalho tende à sua melhor expressão, à perfeição: a Perfeição é um conceito ávido de transcendência, tem certo sabor de mistério, porque é o reflexo de uma beleza oculta, de uma harmonia metafísica que envia uma mensagem divina àqueles que sabem captá-la (cf. GENTILE, *Umanesimo e tecnica*).

O TRABALHO, EXPLORADOR DA OBRA DE DEUS

A mensagem divina torna-se ainda mais eloqüente e mais fascinante hoje, quando os reinos do espaço se abrem à conquista dos instrumentos e das emprêsas ousadas do homem. Quando foi lançado o primeiro *sputnik*, como se pôde pensar, e ainda proclamar, que se tratava de uma vitória do ateísmo, em lugar de um convite para contemplar melhor êste universo que canta a glória de Deus? O homem moderno não chegará um dia, à medida que seus estudos científicos progredirem e descobrirem leis e realidades ocul-

tas atrás da face muda da matéria, a escutar a voz maravilhosa do espírito que nela palpita? Não será esta a religião do futuro? O próprio EINSTEIN entreviu a espontaneidade de uma religião do universo (cf. SCREMIN, EINSTEIN).

Ou não será, talvez, a minha religião de hoje que já o proclama, a ponto de encher meu espírito e fazê-lo transbordar de espanto e de alegria, o infinito poder e a infinita sabedoria de Deus que eu adoro e amo, do Deus vivo e verdadeiro? Por que negar ao trabalho êste horizonte sem limites, esta alegria inebriante, quando o trabalho é precisamente o explorador mais ousado e mais assíduo da natureza, obra de Deus? Por acaso o trabalho já não está engajado na trajetória direta que termina na religião? Por que lhe barrar o caminho? Por que fazer do trabalho somente um meio, e proibir-lhe tender ao fim supremo? Por que não lhe dar a recompensa sublime da oração? Por que negar à vida ativa o poder de atravessar finalmente seu caminho com o da sua irmã maior, a vida contemplativa, e de dar com ela os últimos passos para o grande fim comum? (cf. LEPRINCE-RINGUET, *Des atomes et des hommes*, Fayard, 1957, págs. 17 e segs.; LALOUP, *La science et l'humaine*, Casterman, 1959, págs. 228 e seg.; cf. *Initiation théologique*, III, 1061, 1118).

A partir de considerações bem diferentes, poderíamos chegar a conclusões análogas, lembrando-nos que o trabalho, por profano e material que seja, é guiado e sustentado por uma outra faculdade espiritual do homem, a vontade. Esta, por sua vez, confere à atividade dirigida para a obra a ser realizada, sua qualificação, a qualificação moral, que, também ela, queira-se ou não, tira seu verdadeiro valor do dever, o qual exige a relação do homem com seu fim último, que é Deus (cf. TAPARELLI, *Diritto nat.*). Também aqui será necessário um ato de inteligência para fazer do trabalho algo mais do que um simples valor instrumental, para elevá-lo ao seu pleno valor moral que, por sua natureza, está proporcionado à relação do homem com Deus.

UMA OPOSIÇÃO NASCIDA DE UMA
CONCEPÇÃO ESTREITA DA RELIGIÃO

Por aqui vemos que a oposição, que se criou entre a religião e o trabalho, decorre principalmente da idéia estreita que se tem freqüentemente da religião. Pensa-se nela como numa atividade restrita e particular do homem, limitada, como tantas outras, ao seu campo específico, às suas formas concretas, aos seus momentos determinados. Isto é exato enquanto atividade humana; mas pela visão das coisas que ela apresenta, e as relações que cria, a religião abraça todo o quadro da vida, todo o horizonte da realidade. Não determina somente relações particulares; descreve o arco completo da ordem universal. Nada lhe é estranho; nada lhe é superior. Tudo entra na concepção universal que propõe.

Assim se explica que não é compreendida por aqueles que limitam seu campo de observação e de experiência, como é o caso de homens de estudo e de tantos homens de negócios. Negar um problema não é resolvê-lo. Negar o problema religioso não quer dizer que êle não exista. Seu espírito está circunscrito aos limites de dimensões da realidade.

Assim se explica também que o mundo apareça finalmente como um absurdo cruel e que a vida se torne uma angústia alucinante para aqueles que pretendem excluir Deus da concepção do mundo e da vida. Uma vez apagada a luz suprema, as trevas se estendem por tôda a parte. O mundo torna-se triste, amargo, violento, vulgar. "O ateu perdeu seu patrimônio da alegria, porque a alegria . . . não pode decorrer da anarquia erigida em fôrça da gravitação universal" (BEVILACQUA, 38).

Para o mundo do trabalho, no qual tanto se fez, e com tanto sucesso, para extinguir esta luz, não será fácil acendê-la novamente. O esforço de pensamento necessário para vencer o ateísmo moderno, não é esforço medíocre, principalmente se os profetas contemporâneos da literatura e do espetáculo conspiram para desanimá-lo. "Saber se é possível ser santo sem Deus, é para mim o único problema concreto que conheço hoje", diz CAMUS, escritor represen-

tante do após-guerra, na bôca de um dos seus personagens. Não devemos estranhar mas chorar, se uma onda de ceticismo e desespero interior se abate hoje sôbre a nova geração, e provoca um desânimo sem nome no fundo das almas de tantos operários, que amaldiçoam sua fadiga e sonham com falso paraíso dos prazeres fulgares.

Certamente não é pequeno esforço querer reconduzir o pensamento do povo a reconsiderar a vida e o mundo com serenidade, confiança, e grandeza de alma. Enquanto o nosso espírito científico está tão avançado, nosso espírito filosófico é como uma máquina arruinada. Mas êste esforço pode ser facilitado, simplificado. A solução está ao nosso alcance no ensino, no exemplo, na luz do Cristo.

“VINDE A MIM TODOS OS QUE ESTAIS CANSADOS”

A solução surge diante de nós. Uma humilde mulher, humilde e elevada mais do que qualquer outra criatura, vem hoje ao nosso encontro. É dos nossos, podeis dizer; porque a sua vida foi simples, pobre, laboriosa, sofredora. Mas seu rosto é um reflexo da inefável beleza; seu coração é real, sua palavra é poesia, é Cristo, o Verbo de Deus feito homem, nosso Irmão, nosso Mestre. Êle nos ama. Êle nos ensina tudo. Êle vem até nós: conosco Êle trabalha, sua, sofre. Diz que esta aflição é boa; que serve não só para desenvolver a personalidade humana, mas ainda para purificá-la e resgatá-la. Serve para tornar melhor o mundo. Pode ser um dom de amor aos filhos, aos irmãos, à sociedade; uma função muito elevada, não sòmente econômica, mas moral, espiritual. A aflição humana, principalmente, aquela que é dura, pode colaborar para a redenção do mundo: é uma paixão. Como são doces, profundas, humanas estas palavras: “Bem-aventurados vós que sofreis, sereis consolados; bem-aventurados vós que tendes fome e sede de justiça, sereis saciados. . .” Um escritor moderno, nada clerical, disse: “Bem-aventurados os que sofrem e desgraçados os que gozam! Por ter lançado êste grito, o Evangelho reinou 2.000 anos sôbre o mundo” (A. FRANCE).

É o grito continua. E a voz aumenta de volume; ressoa e se aproxima. Repercute sempre, forte e fraternal, em tôdas as cidades, em tôdas as nações onde se sofre sob o trabalho. Escutemo-la: "Vinde a Mim todos os que estais cansados e Eu vos aliviarei" (Math. XI, 28) (cf. WELTY, *Von Sinn und Wert der menschlichen Arbeit aus Gedankenwelt des hl. Thomas von A.*, Kerle, Heidelberg, 1946; CHENU, *Spiritualité du travail. Temps présent*, 1941.)